

O CAMPO EM CONTRASTE: economia e sociedade no sudoeste do Paraná (1975/2006)

Ricardo Callegari¹

Resumo

Esta apresentação se constitui como parte da pesquisa de doutorado em andamento e que o objetivo é discutir sobre algumas transformações na agricultura da região sudoeste durante o período de 1975 a 2006, dentre elas: a substituição da produção de mercado local para a produção em grande escala e para a exportação, o aumento na utilização de maquinários, agrotóxicos e insumos químicos. Nossa pesquisa visa compreender e problematizar estas mudanças e os impactos na estrutura fundiária e diminuição de pessoal ocupado, visto que 1% dos estabelecimentos controlam aproximadamente 20% da área agricultável e, do mesmo modo, alguns municípios apresentam números de consumo de agrotóxicos que ultrapassam 30 quilogramas por habitante. Nesta apresentação discutimos sobre a relação entre a mecanização, a saída da população do campo e a luta pela terra durante a década de 1980 na região. Serão utilizados como fonte os dados dos Censos Agropecuários do período 1975 a 2006, os tipos de produção e censos demográficos.

Palavras-chave: Camponeses, Modernização, Luta pela terra.

Introdução:

Este artigo que o leitor tem em mãos é parte da discussão que compõem a pesquisa de doutorado em andamento e que está vinculado a linha de pesquisa em Trabalho e Movimentos Sociais do programa de pós-graduação da Unioeste, de Marechal Cândido Rondon, Paraná.

O objetivo da pesquisa é problematizar sobre a modernização da agricultura, processo que culminou no que hoje chamamos de agronegócio, e as formas de luta construídas pelos camponeses durante o período de 1975 a 2006, tais como as ocupações de terras. O foco da pesquisa é a região sudoeste, mais precisamente oito municípios da região: Pérola D'Oeste, Santa Isabel D'Oeste, Dois Vizinhos, São Jorge D'Oeste, Francisco Beltrão, Marmeleiro, Coronel Vivida e Honório Serpa. A escolha por estes municípios baseou-se no foco de atuação da Assesoar.²

Utilizamos, para tanto, entrevistas orais produzidas com camponeses, além de materiais impressos pela igreja, por movimentos sociais e associações da região, tais como: as 16 edições do boletim "O Alerta" produzido pelo MASTES, os materiais da coleção "realidade rural" produzidos pela ASSESOAR em conjunto com a CPT e que eram utilizados nos cursos de formação com os agricultores, além de edições de 1975 a 2006 da revista

¹Instituição e endereço de e-mail (Times New Roman 10, espaçamento simples)

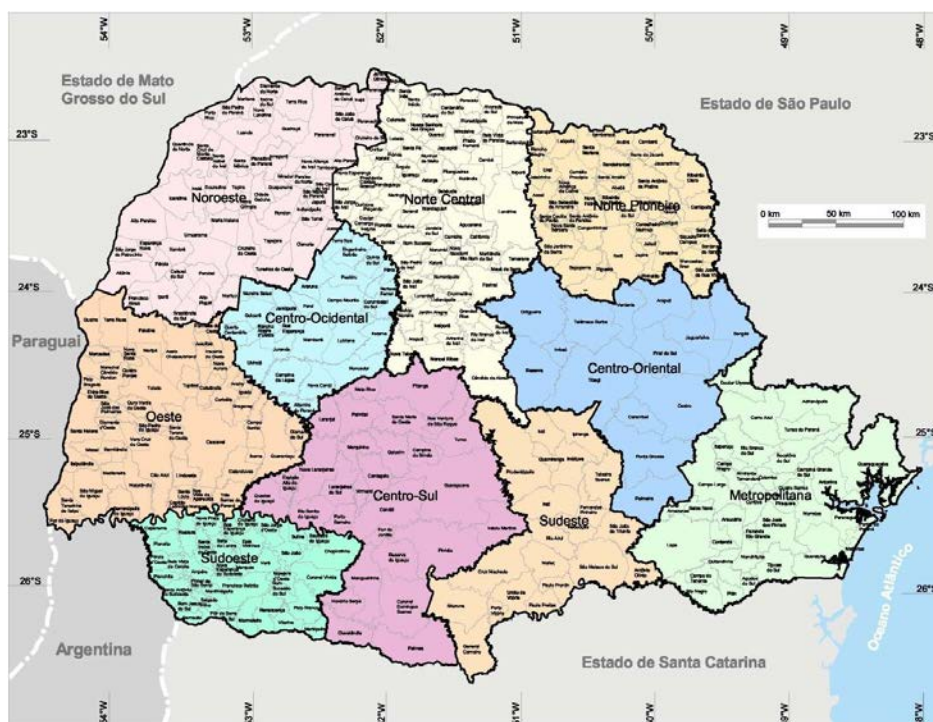
² A Assesoar, para realizar o trabalho de assessoria na região dividiu-a em quatro micro-regiões (Fronteira, Vale do Iguaçu, Marrecas e Pinhais), de tais micro-regiões selecionamos dois municípios de cada (que possuem acompanhamentos da Assesoar).

Cambota (organizada pela ASSESOAR). Outras fontes que nos auxiliam na compreensão das transformações da agricultura na região serão os dados dos Censos Agropecuários do período, assim como dados sobre a utilização dos agrotóxicos, os tipos de produção, Censos Demográficos, dados do IPARDES, do SIAGRO, do Banco Central, etc., de modo que possamos traçar um “perfil” das mudanças na agricultura durante os anos investigados. Neste artigo faremos análise específica dos dados estatísticos coletados até agora nos Censos, no IPARDES e na ANFAVEA.

Nesta apresentação, entretanto, detemos a análise nas transformações produtivas e na estrutura fundiária das décadas de 1970 e 1980 e, em seguida, na ocupação da fazenda Anoni no município de Marmeleiro, no ano de 1983, e a constituição do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES). Trata-se de analisar o desenrolar deste processo e as transformações na organização da produção, do trabalho e da sociabilidade entre a população camponesa da região.

A região sudoeste é composta por 36 municípios, segundo o IBGE e o IPARDES³ e faz fronteira a oeste com a Argentina e no sul com Santa Catarina, conforme mapa

FIGURA 1 – REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ



Fonte: IPARDES, 2010.

³ A Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP) adota metodologia diferente e considera como pertencentes à região sudoeste ainda os municípios de: Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Mangueirinha, Coronel Domingo Soares e Mariópolis, totalizando 42. Na pesquisa, porém, utilizamos a metodologia do IBGE.

A região Sudoeste produz 10% dos grãos no Paraná, 18% da produção de suínos e 17% das aves, sem contar que é uma das maiores bacias leiteiras do país, contribuindo com 16% da produção estadual.⁴ Segundo o IPARDES, o valor da produção regional está concentrado em cinco produtos:

Aves, milho, soja, suínos e leite, em ordem decrescente de representatividade, que respondem por 79,51% da receita bruta do setor primário. Esses mesmos produtos, em 1990, participavam com 71,53% do valor bruto da produção da região. (IPARDES, 2004, p. 79).

Dos 962.910 hectares, em 2006, destinou 10% (96.350ha) para a produção do trigo, 42,5% (409.600ha) para a produção de soja e 33% (318.950) para a produção de milho grãos (há uma quantidade destinada para milho silagem que não é contabilizada pelo IPARDES). Desta área destinada produziu 833 toneladas de soja, 853 toneladas de milho e 155 toneladas de trigo. Este volume de produção é elogiado pela imprensa regional que destaca a capacidade produtiva e de enfrentar, inclusive, os períodos de estiagem.

Parte dos recentes estudos a respeito da organização do trabalho e da produção no campo, principalmente aquela preocupada em defender ou justificar o agronegócio (NAVARRO, 2010 e BUAINAIN, *et al* 2013), apresentam os resultados produtivos resultantes do incremento de máquinas e insumos agrícolas, da genética melhorada de plantas e animais, dos resultados econômicos para o país. Não souberam, ou não quiseram dar a necessária atenção para os impactos sociais e econômicos oriundos deste modelo agrícola.

Além da literatura sobre este processo, as falas de agentes do agronegócio fortalecem esta prerrogativa. Em matéria do dia 30/10/2015, do Canal Rural, Miguel Daoud, Administrador de Negócios, responde as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografias e Estatísticas (IBGE) que mostram um aumento de 15% no uso de agrotóxicos no Brasil. Para ele este aumento ocorre devido à falta de consciência dos agricultores, “se o produtor for consciente no momento de utilizar esses produtos, é melhor pra todos. Melhor para quem consome, para o solo e até para o bolso do próprio produtor” (CANAL RURAL, 2017).

Esta forma de lidar com o aumento no uso de agrotóxicos é controversa já que individualiza os impactos gerados pelo modelo de produção unicamente aos agricultores e sua “falta de consciência”. Esta é uma questão que deve ser problematizada já que desconsidera as questões materiais e de políticas agrícolas que primam por legalizar cada vez mais o uso de

⁴ INSTITUTO PARANENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. Leituras regionais: Mesorregião geográfica Sudoeste paranaense. Curitiba: IPARDES – BRDE, 2004, p. 79.

agrotóxicos proibidos em outros países⁵ ou que aumentam o Limite Máximo de Resíduo (LMR) (quantidade máxima de resíduos de agrotóxicos oficialmente aceita nos alimentos) de 0,2 miligramas para até 10 miligramas de glifosato por quilo de grãos de soja transgênica.⁶ Estas medidas, entre outras, tornaram o Brasil, desde 2008, o maior consumidor mundial de agrotóxicos e o Paraná o terceiro maior consumidor de agrotóxicos do país (14,3%), comprovando que não é somente um problema de orientação ou de consciência dos agricultores, mas sim de políticas agrícolas e de implantação de um modelo agrícola fortemente baseado no uso de agroquímicos.

Falas de representantes do Estado (Câmara, Senado, Secretarias) corroboram para esta visão sobre o modelo agrícola naturalizando suas contradições através de diversos discursos, principalmente de que não há outra forma de alimentar tantas pessoas ou, como se expressou Mônica Bergamaschi, secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, de que os problemas sociais e ambientais devem ser preteridos tendo em vista “o grande serviço prestado pelo agronegócio para o desempenho da balança comercial e para o crescimento do PIB”. Afirma ainda que o “agronegócio está associado a profissionalismo, a valor adicionado, a desenvolvimento, ao moderno” e conclui dizendo que é necessário refletir sobre o agronegócio “sem ideologias ou preconceitos”.

Em discurso proferido no Senado Federal no dia 30/11/2010, a senadora Kátia Abreu defendeu o uso de agrotóxicos:

Milhares e milhares de brasileiros que ganham um salário mínimo ou que não ganham nada e que, portanto, precisam comer comida com defensivo sim. Por que é a única forma de se fazer o alimento mais barato. Se nós pudéssemos produzir orgânico para todo o Brasil e todo o mundo nós iríamos precisar no mínimo, nunca fiz essa conta, mas no mínimo três Brasis nós precisaríamos para, ou quatro, daí para mais, para produzir o mesmo tanto que nós produzimos hoje para os brasileiros ou para exportar.

Por mais que estejam rodeados por uma aparência de defender os alimentos baratos, mais acessíveis aos pobres, os dois discursos apontam para uma espécie de “máxima maquiavélica”: os fins justificam os meios. Nela, prevalece a primazia positivista do econômico e da noção de progresso atrelados a grande produção, mesmo que depois gastemos

⁵ Das 50 substâncias químicas mais usadas no Brasil, 24 já foram banidas nos EUA, Canadá, Europa e Ásia, segundo estudo publicado pelo Instituto Ciência Hoje, disponível aqui: http://www.cienciahoje.org.br/revista/materia/id/648/n/paraiso_dos_agrotoxicos.

⁶ Nos EUA o limite é de 5 mg, na Argentina 5mg, na Europa é 0,2 mg.

muito mais em saúde.⁷ Pouco se fala que no Brasil ainda existem 7 milhões de pessoas que passam fome, mesmo com a grande utilização de agrotóxicos. Pouco se fala, ainda, em justiça, em reforma agrária para que não se tenha tantas pessoas deixando o campo e necessitando cada vez mais se submeter a comprar tudo o que consomem no mercado (com agrotóxicos), ou ter que vender sua força de trabalho na cidade em condições cada vez mais precárias de emprego.⁸

Estes dados são utilizados pela historiografia, como a de Navarro, que apontam para aquilo que chamam de “fim da questão agrária”, como se ela já tivesse sido resolvida, como se o agronegócio tivesse resolvido os impasses, contradições e problemas da agricultura. Mesma historiografia que aponta para a inviabilidade da reforma agrária e que estabelecimentos de pequeno porte que não seguem o padrão tecnológico do agronegócio são inviáveis neste “novo momento do processo de acumulação de capital no campo” já que os resultados positivos resultantes do incremento de máquinas, insumos e genética são melhores em grandes áreas tecnificadas (ditas modernas).

O que é pouco divulgado pela imprensa, porém, é que esta produção agrícola está baseada na grande utilização de agrotóxicos e numa tendência a concentração de terras e êxodo rural. Os dados mais recentes divulgados pela SIAGRO apontam que a região sudoeste, por exemplo, consumiu no ano de 2015 mais de 7.840,6 toneladas de agrotóxicos, uma média de 15,7 litros por pessoa/ano. Ou que, em 2006, 523 propriedades (1,16%) controlam 199 mil 968 hectares (20,8%) e que, por outro lado, as propriedades com menos de 10 hectares (45%) controlam apenas 10% da área agricultável.

Como entender este processo? Como entender o contraste presente na agricultura que, por um lado, é recordista de produção mas, por outro lado, expulsa tantas pessoas do campo, concentra terra e utiliza tantos agrotóxicos?

Entender estes contrastes do agronegócio nos leva a olhar os processos de “modernização da agricultura”, momento em que ocorre uma re-estruturação produtiva na agricultura, mas também na indústria. Tal processo e suas contradições já foi amplamente

⁷ Segundo pesquisas para cada dólar gasto com a compra de agrotóxicos no Paraná, US\$ 1,28 podem ser gerados em custos externos com intoxicações. Segundo o mesmo estudo, em 1999, o estado do Paraná teve um custo no tratamento de intoxicações agudas no montante de US\$ 149 milhões. Para mais consultar: SOARES, 2012.

⁸ Os estudos sobre a condição do trabalho, no meio urbano da região, referentes a cadeia produtiva primária ainda são carentes, mas podemos citar o excelentes estudos de HECK (2017) e GUGLIEMI (2014) sobre a cadeia produtiva do frango na região Oeste do Paraná.

debatido pela historiografia, podemos citar os estudos de José de Souza Martins (1986), Sônia Regina Mendonça (2008), Beatriz Heredia (2010) e Wenceslau Gonçalves Neto (1997). Tais pesquisas, de literatura mais crítica sobre o processo de modernização, evidenciam como tal desenvolvimento não resolveu os problemas agrários vivenciados pelos camponeses no Brasil. Tais análises evidenciam como este processo de transformação tornou insuportáveis as condições de vida e trabalho, deixando a margem do processo inúmeras famílias de camponeses. Segundo Both (2017),

Os impactos foram sentidos mais diretamente pela agricultura camponesa realizada no âmbito da pequena posse, do pequeno arrendamento, do minifúndio e da pequena propriedade, a qual era executada basicamente pelo trabalho familiar (BOTH, 2017, p. 2).

De que forma estas políticas agrícolas afetam/transformam a organização da vida no campo? Como as relações de trabalho e de produção no Sudoeste se transformam a partir destas políticas? Responder estas perguntas nos leva, como ensinou Marc Bloch, a entender os processos históricos e, desta forma, lidar com o movimento de modernização da agricultura, já que ela é um divisor de águas na forma de organizar o trabalho no campo. Para tanto, é necessário problematizar a noção de moderno, as modificações nos processos produtivos e, assim como, compreender como as memórias sobre estas mudanças na agricultura são construídas.

É importante analisar estas contradições e entender como estas transformações ocorrem na região Sudoeste do Paraná. Estas modificações devem ser analisadas levando em consideração a participação e as conseqüências para a região sudoeste do Paraná. Como estas transformações ocorreram na região? Quais as contradições deste modelo?

Entre a modernização da agricultura...

A região, anteriormente à década de 1970, foi ocupada por migrantes da região centro do Paraná (população de caboclos) e dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (WACHOWICZ, 1985). Esta população migrou principalmente na década de 1940, no contexto da marcha para oeste impulsionada pelo governo federal de Getúlio Vargas, e se estabeleceu por meio de posse ou através da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO).⁹ Segundo Iria Zanoni Gomes, parte significativa da população se estabeleceu

⁹ A criação de Colônias Agrícolas foi uma estratégia utilizada pelo governo federal para impulsionar a Marcha para Oeste em várias regiões do País, tais como o Paraná e Mato Grosso.

como posseiros, pois a CANGO não possuía estrutura suficiente para alocar tantos migrantes que vieram para a região.

Estas famílias de camponeses passaram a derrubar a mata, construir casas, estradas e a cultivarem alimentos. Uma das atividades desenvolvidas era a criação de porcos soltos que eram para consumo, comercialização local (nas bodegas)¹⁰ e, em alguns casos, levados para centros maiores (como Guarapuava) para venda.

A partir da década de 1950 se instalaram na região três companhias de terras (Companhia Industrial Territorial Limitada – CITLA -, Apucarana e Comercial). Estas companhias passaram a reivindicar a propriedade das terras que estavam ocupadas pelos camponeses. Estes eram coagidos a pagarem pelos documentos grilados que as Companhias apresentavam ou se retirarem das áreas (KOLING, 2017; GOMES,).

Muitos camponeses pagaram pelas escrituras, porém, as áreas haviam sido griladas pelas companhias resultando em documentos referentes as mesmas duas ou três porções de terras. Por outro lado, vários contestaram a legalidade dos documentos apresentados e se negaram a pagar e/ou se retirar das posses. Ambas as situações, provocadas pela atuação das companhias, muitas vezes violenta, eclodiu diversos conflitos na região.

Em 1957, frente a imobilidade do governo estadual de atuar como mediador destes conflitos houve a ocupação dos escritórios pelos camponeses nos municípios de Capanema, Pato Branco e Francisco Beltrão. Outra estratégia construída pelos camponeses para pressionarem tanto o Estado como as companhias, foram as ocupações e bloqueios das entradas das cidades. Em Capanema, por exemplo, atravessaram toras de madeira na pista de pouso do aeroporto utilizada pela Citla. Em outubro de 1957 ocuparam também os escritórios nos municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão e constituíram uma “junta governativa” para ir à Curitiba negociar com o governador, Moisés Lupion, e os representantes das companhias.

Os camponeses só desocupam as cidades mediante acordo com o governo federal, que interveio com o exército na região, para retirar as companhias e escriturar as terras ocupadas. É criado, para tanto, o Grupo Executivo de Terras do Sudoeste e Oeste do Paraná (GETSOP) que se responsabilizou de medir as terras e escriturá-las.

¹⁰ As “bodegas” eram estabelecimentos comerciais que compravam e revendiam vários gêneros alimentícios: grãos, frutas e animais vivos, que eram abatidos e comercializados para os moradores das vilas. Estas “bodegas” foram substituídas na década de 1980 por serialistas e cooperativas.

Não é objetivo do artigo se deter a este conflito, denominado pela historiografia e pelos posseiros ora como revolta dos posseiros ora por revolta dos colonos.¹¹ De todo modo, é importante localizar este conflito que marca a história da região e contribuiu para definir a característica de pequenas propriedades.

Esta característica, entretanto deve ser problematizada, pois a partir da década de 1975 ocorrem transformações na forma de organizar o trabalho e a produção no campo que incidem em mudanças também sobre a estrutura fundiária.

Na região Sudoeste esta modificação da produção representou um aumento de 211% na área cultivada de soja e 410% a quantidade colhida, a partir de 1980, ao mesmo tempo em que o feijão teve uma queda de 24% da produção na região.¹² Ainda segundo o IPARDES, em 2001, em 26 dos 37 municípios¹³ a produção de soja e milho corresponde a mais de 70% do valor da produção agrícola.

Para dialogarmos sobre a produção da região e discutirmos sobre estes valores dividimos em dois tempos históricos: o primeiro de 1975 a 1992; o segundo de 1992 à 2015. Esta divisão foi feita tendo em vista que a área destinada a produção de milho foi a única que apresentou crescimento se compararmos 1975 a 1992, superior a 200%. Enquanto que a de trigo manteve-se estável (crescimento de 1%). Por outro lado, o expressivo aumento da área destinada para milho se contrapõe a redução de área destinada a produção de batata (80%), cana de açúcar (65%), soja (22%) e feijão (2%).

Por outro lado, ao analisarmos os dados percebemos que esta realidade modifica-se a partir de 1992, na qual ocorre uma diminuição de 75% na área plantada de milho e aumento de 425% na área plantada de soja (com o Boom da soja) e um pequeno aumento de 4% na área plantada de feijão.

¹¹ Para aprofundar no tema sobre a revolta consultar os trabalhos de Koling (2017), Orben (2014) e Pegoraro (2008).

¹² O gráfico detalhado está sendo produzido.

¹³ À época do levantamento 5 municípios ainda não haviam sido emancipados.

Evolução da área plantada no Sudoeste do Paraná (ha)

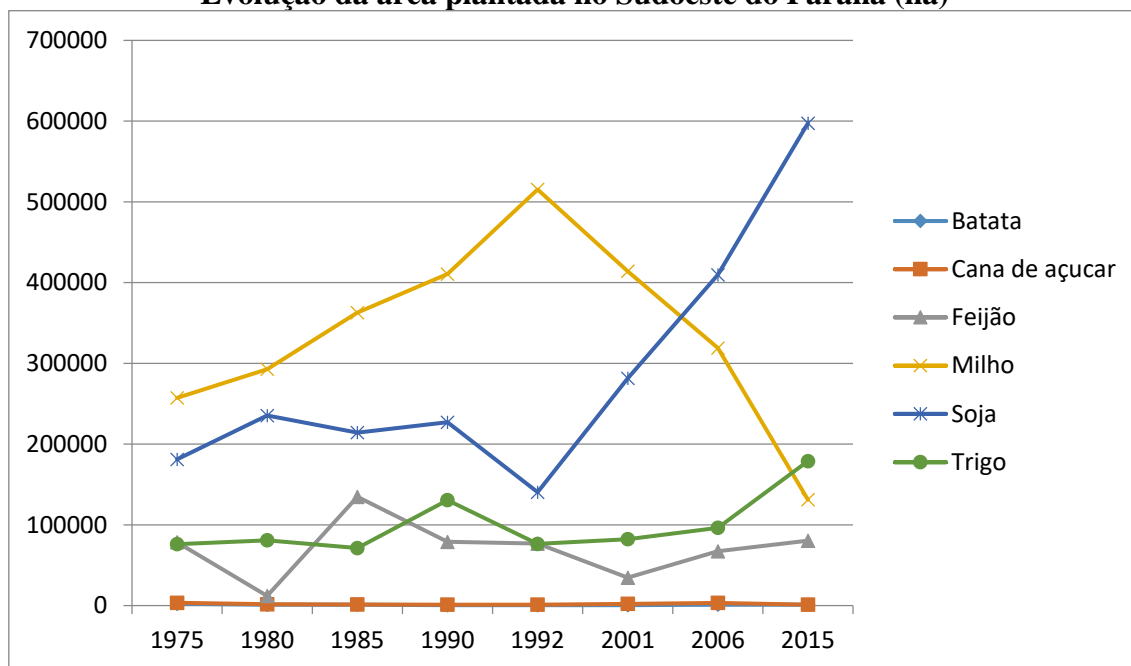
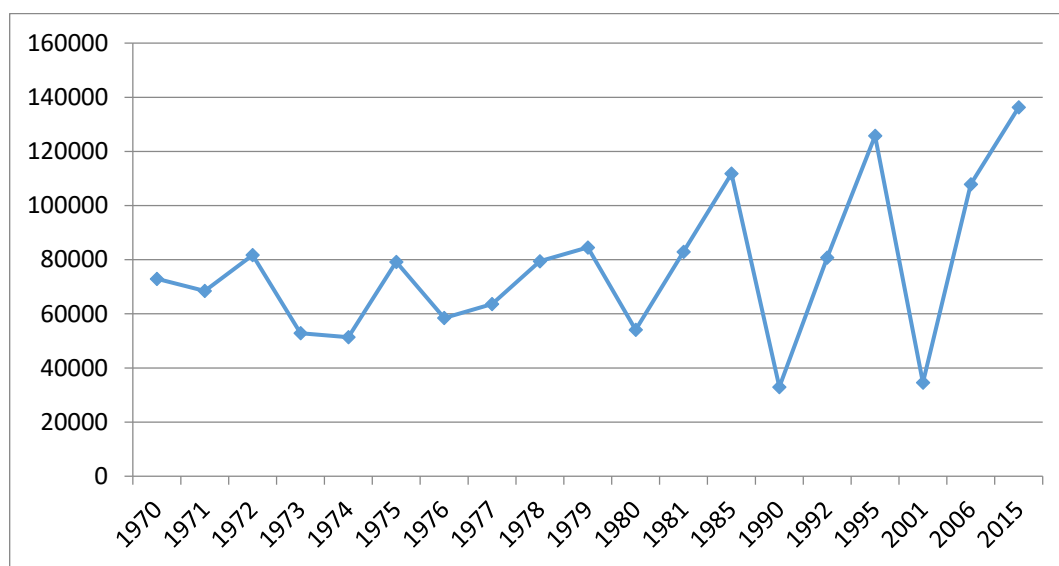


Gráfico organizado por CALLEGARI, Ricardo. Fonte: IPARDES, 1975 - 2015.

Outro dado expressivo se apresenta nos primeiros cinco anos (1975/1980), quando, simultaneamente ao crescimento expressivo da área destinada a milho, soja e trigo, ocorre a brusca diminuição da área destinada a feijão. Esta produção só volta a crescer (91%) quando se diminui a área para a produção de trigo, soja (-9%) e/ou cana (-20%). Nenhum outro produto, verificado até agora, sofre tantas oscilações como o feijão.

Evolução da produção de feijão (toneladas)



Fonte: IPARDES, organizado por CALLEGARI, Ricardo.

Se a área plantada de soja e milho inverte-se em 1992, a quantidade colhida se iguala em 2006. O que é significativo é que a partir de 1992 a produção de soja apresentou um contínuo crescimento, sem oscilações, e a partir de 2006 elevando-se exponencialmente. A soja sai de 337 toneladas em 1975, 300 toneladas em 1992 (sua menor taxa de produção), 833 toneladas em 2006 e 1,936 toneladas em 2015. Já a de milho sai de 575 toneladas em 1975, 300 toneladas em 1992 (sua menor taxa de produção), 833 toneladas em 2006 e apresenta um aumento, para 1,071 toneladas em 2015. Conforme gráfico:

Evolução da produção no Sudoeste do Paraná (toneladas)

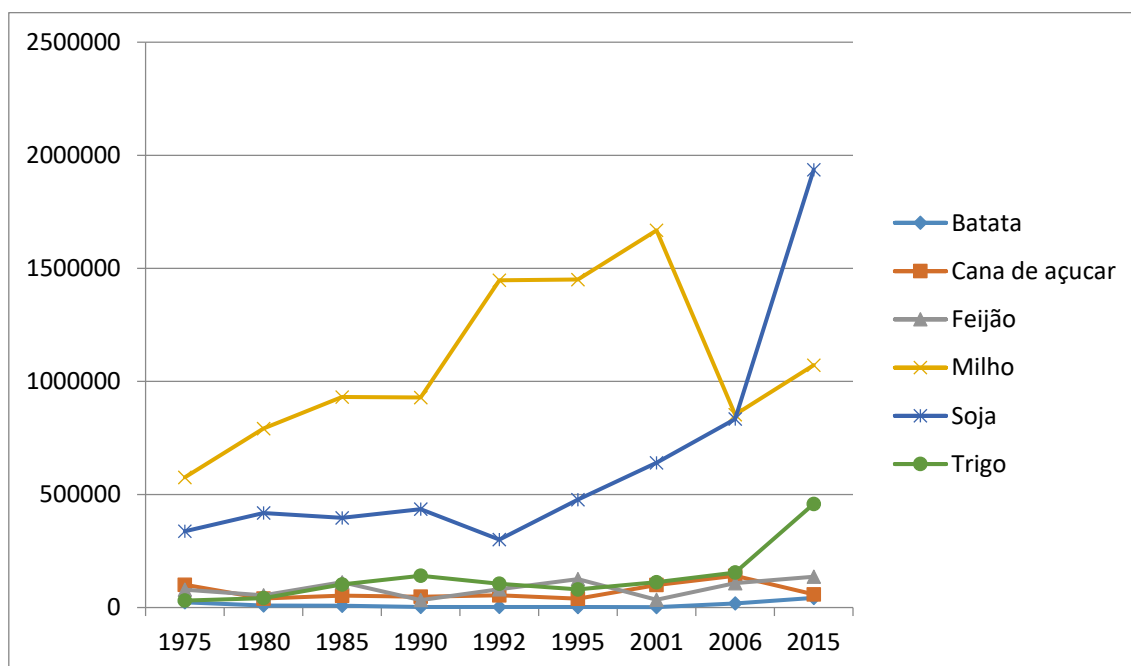


Gráfico organizado por CALLEGARI, Ricardo. Fonte: IPARDES, 1975 a 2015.

Não como resultado ou como necessidade do processo de aumento da produção em grande escala, mas como processo simultâneo ao aumento da produção há mudanças na forma de organizar o trabalho no campo a partir da década de 1970.

A entrada de máquinas com tração mecânica é uma evidência das mudanças na forma de produzir no campo. Ao analisar os dados coletados pelos Censos Agropecuários do IBGE de 1970, 1980 e 1995. No gráfico a seguir podemos verificar que em 1970 a quantidade de tratores na região era de 185, enquanto que na década seguinte o número aumentou significativamente para 4091 tratores. Um aumento superior a 2000% num período de 10 anos. O aumento de 1980 a 1995, em porcentagem é menor, porém não deixa de ser

expressivo: 187%. É praticamente o dobro de tratores em 15 anos. E se compararmos a década de 1970 e 1995 o aumento é de 4155%.

Gráfico 1. Unidades de tratores na região Sudoeste – 1970/1980/1995/2006

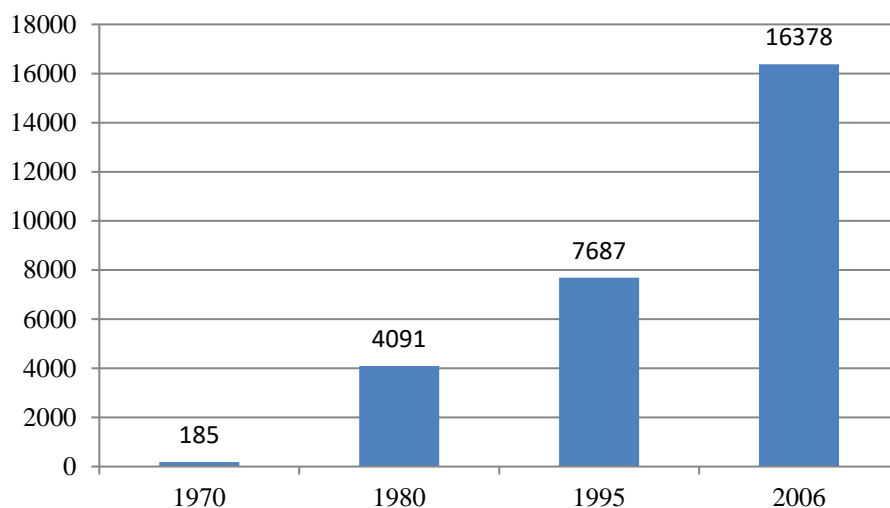


Gráfico organizado pelo autor a partir de dados do IBGE – Censos agropecuários de 1970, 1980 e 1995.

Para discutirmos esses dados no presente é importante analisarmos suas origens. Esse processo iniciou-se em 1975. Luis, de 80 anos, assentado no Assentamento Missões narrou como a utilização de agrotóxicos aconteceu em sua propriedade.

Eu fiquei numa idade. Meu filho também estava morando lá na mesma terra, só que morava um pouquinho para baixo. Daí eu disse: “- *Agora tu pode se virar [a] plantar.*” Daí um final de semana ele disse: “- Pai, será que o senhor não vai junto comigo plantar feijão?” “- Onde?” “- Lá em cima, *tem uma pedreira lá.*” Fui junto lá em cima pra plantar feijão. O mato dessa altura [gesticula com a mão destacando a altura de aproximadamente um metro do capim]! Digo: “- *Mas onde é que tu vai plantar feijão?*” “- Aqui no meio do mato.” Digo: “- Mas será que adianta?” “- Adianta!” disse ele, “*Vai plantando feijão, eu vou dessecar.*” “- *Olhe, eu estou com essa idade, nunca plantei feijão no meio de mato assim.*” Alguns dias depois, ele disse: “- Vá lá ver.” Estava tudo sequinho e o feijãozinho em pé estava. E deu feijão.¹⁴

As transformações na organização do trabalho, da vida no campo são perceptíveis aos olhos se compararmos os últimos 40 anos na região Sudoeste (verifica-se com o êxodo e a utilização de insumos nas propriedades remanescentes). O aumento na produção de grãos, de leite, pecuária e aves são, segundo jornais, o mote do desenvolvimento econômico regional

¹⁴ LUIS. Entrevista produzida por Ricardo Callegari com Luis, 80 anos, em Francisco Beltrão, 15 de março de 2014, 55 min.

(IPARDES, 2004).¹⁵ Esta realidade contrasta, entretanto, com a diminuição da população rural, concentração fundiária, endividamento de agricultores familiares, uso extensivo de agrotóxicos.

Uma das mudanças neste processo é a diminuição de uma forma de trabalho denominada de “agregado”. O agregado era, na região, o sujeito que trabalhava em terras que não eram suas por escritura e que, por meio disto, repassava uma parte do fruto de seu trabalho (na forma de renda da terra) ao proprietário. Este pagamento podia ser em produtos, horas de trabalho ou em dinheiro. Esta relação de “parceria” é drasticamente cessada a partir dos anos de 1980 na região.

São trabalhadores que ficaram a margem do processo de mecanização, compõe uma das maiores categorias que foram expulsos do campo durante a década de 1980 e 1990. Em muitos lugares passaram a estabelecer as relações de trabalho como “bóias fria”. Dentre as décadas de 1970 e 2010 cerca de 200 mil pessoas saíram do campo na região sudoeste, conforme tabela:

Tabela 1. População residente por situação do domicílio (variável: pessoas)

Mesorregião Geográfica e Município	Situação do domicílio	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	Total	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.799.170	190.755.799
	Urbana	52.097.260	80.437.327	110.990.990	137.953.959	160.925.804
	Rural	41.037.586	38.573.725	35.834.485	31.845.211	29.829.995
Paraná	Total	6.929.821	7.629.849	8.448.713	9.563.458	10.444.526
	Urbana	2.504.253	4.472.506	6.197.953	7.786.084	8.912.692
	Rural	4.425.568	3.157.343	2.250.760	1.777.374	1.531.834
Sudoeste Paranaense – PR	Total	426.360	468.472	478.126 ¹⁶	472.626	497.127
	Urbana	80.401	166.865	225.666	283.044	345.882
	Rural	345.959	301.607	252.460	189.582	151.245

Tabela organizada pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo IBGE nos Censos Demográficos de 1970 a 2010.

Outra característica do processo iniciado pela modernização da agricultura foi a concentração de terras na região. As propriedades com menos de 10 hectares são 20 mil e 99 (45%) e controlam uma área 100 mil 228 hectares (10,4%) da região. Enquanto que as

¹⁵ INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. Leituras regionais: Mesorregião geográfica Sudoeste paranaense. Curitiba: IPARDES – BRDE, 2004.

¹⁶ As décadas de 1970 e 1980 não possuem dados tais municípios: Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Cruzeiro do Iguçu, Flor da Serra do Sul, Manfrinópolis, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguçu, Pinhal de São Bento, Pranchita, Saudade do Iguçu e Sulina.

propriedades entre 10 e 20 hectares são 11 mil 952 (27%) e controlam uma área de 170 mil 977 (17,7%). As propriedades entre 20 a 50 hectares são 8 mil 42 (18%) e controlam uma área de 241 mil 780 hectares (25%). As propriedades com mais de 50 e menos de 200 são 2 mil 884 (6,5%) e possuem 249 mil 957 hectares (26%). Já as propriedades acima de 200 hectares são 523 (1,16%) e controlam 199 mil 968 hectares (20,8%). Conforme tabela a seguir:

Tabela 1. Estrutura fundiária sudoeste do Paraná – 1970/2006

Estratos de área (ha)	1970		1980		1995		2006	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Menos de 10	14.905	84.378	22.119	114.720	14.426	84.529	20.099	100.228
10 a menos de 20	10.882	155.544	12.036	172.151	11.635	167.881	11.952	170.977
20 a menos de 50	8.880	262.412	7.968	235.754	8.666	260.297	8.042	241.780
50 a 200	1.616	123.318	1.770	146.414	2.729	237.152	2.884	249.957
200 a 500	101	29.981	122	36.381	341	100.910	431	115.286
500 e mais	27	37.782	43	51.683	72	61.852	92	84.682
Total	36.411	693.415	44.058	757.103	37.869	912.621	44.479	962.910

Fonte: Censos Agropecuários, dados organizados pelo autor.

A concentração de terras expulsou muitas pessoas do campo ao longo dos último 40 anos e modificou muitas relações de trabalho, tais como a dos agregados ou dos pequenos arrendatários. Parte destes trabalhadores passou a se organizar em sindicatos e movimentos sociais e a constituir práticas de lutas e de resistência na região, tais como as ocupações de terras improdutivas.

... e a luta pela terra

A década de 1980 presenciou uma série de práticas sociais organizadas¹⁷ pelos camponeses como forma de denunciar a expulsão do campo, tais como as ocupações de terra. Uma das primeiras ocupações foi realizada no dia 15 de julho de 1983, no município de Marmeleiro, com cerca de 600 famílias da região sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina. A fazenda ocupada foi a Anoni, com 5 mil hectares de terra e que estava “criando cobra”, segundo Setembrino, um dos ocupantes da área. A área da fazenda havia sido considerada improdutiva depois que foram retiradas as madeiras da mesma e desapropriada

¹⁷ Partimos das formulações de Hobsbawm sobre este conceito, ao que se refere como práticas coletivas construídas por camponeses para enfrentarem e denunciarem as expropriações de terras e a pauperização do trabalho no campo (HOBBSAWM; RUDÉ, 1968).

em 1980 por decreto do Governo Federal¹⁸ para fins de reforma agrária ficando o INCRA responsável por distribuir e elaborar o projeto de Assentamento. Hoje a área configura o Assentamento José Eduardo Raduan, conquistado em 1998, depois de 15 anos acampados no interior da fazenda.

Salete, hoje assentada, ocupou a fazenda Anoni em 1983 junto com outras 647 famílias. Antes da ocupação morava e trabalhava com seus pais como agregados e arrendatários na região, relação de trabalho que exigia sempre uma migração entre as propriedades, pois, como narra Salete, “meu pai sempre viveu de arrendatário, não tinha nem onde morar, morava em terra dos outros sempre, aí quando o dono queria a casa tinha saí, tinha que dar um jeito em outro lugar”. Sua narrativa apresenta as contradições e as pressões a que estavam expostos nesta relação de trabalho.

A experiência de Salete junto com seus pais, como agregados ou arrendatários, na qual as relações com a terra eram de subsistência e somadas ao fato de que estavam trabalhando em “terras dos outros”, em que o dono poderia expulsá-los a qualquer momento, alegando, por exemplo, que irá modernizar sua propriedade e passar a produzir grãos (soja principalmente) numa relação de trabalho que dispensa os agregados por contar com equipamentos e maquinários “mais eficientes”, dão legitimidade para a interpretação de se perceber como uma Sem Terra desde que nasceu.

Esta interpretação pode ser compreendida pelo fato de que, junto com sua família, não conseguiam fixar-se em um lugar para efetivar essas relações e, naqueles processos, sempre que, por desejo do patrão, deveriam sair das terras. Esta interpretação não significa necessariamente a defesa da propriedade privada, mas sim do direito de permanecer no espaço ocupado e poder efetivar suas relações com o mesmo. Sua experiência enquanto camponesa se deu neste contexto de “dar um jeito em outro lugar”, ou seja, de resistir e produzir em outras terras.

Ou como para dona Elvira, uma das assentadas, nascida no Rio Grande do Sul e com uma experiência de vida de quem sempre morou e trabalhou no campo. Ela e sua família, quando vêm morar no Paraná vão para uma localidade que se chamava São Roque¹⁹ e passam a exercer suas atividades como agregados. Ela narra como era sua condição na década de 1980, momento em que ela e sua família decidem participar da luta por um pedaço de terra.

¹⁸ Decreto nº 84.603 de 31 de março de 1980.

¹⁹ Distrito que hoje pertence à Flor da Serra, na época era pertencente a Marmeleiro.

Daí no São Roque nós era agregado e o agregado quando nós tinha um pezinho de fruta pra começar a comer nós tinha que sair dali e ir pro outro luga. Daí fumo e fumo, comprar nós não podia daí que viemo pra cá. Daí viemo pra cá. (LIRA, Elvira, 64 anos, Marmeleiro/PR, 2012).

Ao relacionar o pezinho de fruta Elvira questionou o caráter injusto que havia nesta relação de trabalho. Informa que para a árvore dar frutos, era necessário plantá-la e a cuidar. Depois de trabalhar a terra para plantá-la “você é mandado embora”. Ela destaca que não é só ir para outro lugar, mas é abandonar todo o trabalho empregado naquele local. Em sua trajetória de vida estão presentes períodos de trabalho em terras nos distritos da região, como São Roque e na Jacutinga.²⁰ Ao serem obrigados a saírem delas, ela e sua família decidiram participar da luta por um pedaço de terra, o que se fez por meio da ocupação da fazenda Anoni.

As experiências dos sujeitos sociais que ocuparam a fazenda Anoni são diversas. Em narrativas como de Elvira podemos identificar que os ocupantes da fazenda Anoni eram agregados que estavam em frequente expropriação. Elvira percebe, com base em sua experiência, as condições que eram enfrentadas pelos agregados ao ter que sair da terra, na qual estabeleceram seus vínculos e suas relações, a mando do dono das mesmas.

Esta condição de ter que sair das terras, é a qual os sujeitos sociais que ocuparam a fazenda Anoni buscaram findar, e, na condição em que se encontravam de impossibilidade de comprar terras, a alternativa foi a ocupação.

A entrevista produzida com Elvira e seu esposo Ataíde foi peculiar pela dinâmica construída pelo casal para contarem sobre a ocupação e o cotidiano do Assentamento. No andamento da entrevista, a característica do diálogo entre os dois foi marcante. Conforme as perguntas eram feitas, Elvira e Ataíde, sentados um de frente para o outro, complementavam a fala ou discordavam de um ponto ou outro. Ao dialogarem não estavam “simplesmente” respondendo as minhas perguntas, estavam rememorando o que vivenciaram coletivamente, enquanto família.

No relato, ambos destacaram as duras condições de vida e as relacionaram ao trabalho no campo. Ao perguntá-los como foram os primeiros dias depois da ocupação, narram:

Elvira: Nós não tínhamos condições nem de começar a trabalhar eu já digo. Porque nós trouxemos *a junta de criação de lá* [do São Roque], mas chegamos *aqui não tinha comida suficiente pra dar pra eles e bem no fim tivemos que vender!*

²⁰ Distrito pertencente ao município de Francisco Beltrão.

Ataíde: Aqui, no início, era *puro mato, capoeira, era matagal*. Aqui, primeiramente, eram as envernadinhas que eles diziam.

Elvira: Daí nós ficamos até *sem criação pra puxar no arado!* E se encontramos em [situação] pior ainda.

Ataíde: Primeiro ano *nós arrendava terra lá do outro lado* do, filho do Juca era. Tinha umas capoeiras lá, dava pra plantar sem lavrar e fomos lutando e fomos lutando até que consegui arrumar [um] trator para plantar umas partes. Lavrei um par de vezes, não tinha, já era gramado, vai lavra que jeito. Com boi não ia [inaudível] não tinha como desmanchar (LIRA, Elvira, 64 anos; LIRA, Ataíde, Marmeleiro/PR, 2012).

Evidenciaram desta forma, como as condições para trabalhar e fazer a terra produzir envolvem muito mais do que ter a terra, mas sim possuir as ferramentas necessárias para tal. Após se desfazerem da junta de boi se sentem em “situação pior ainda”, pois era através dela que faziam a terra produzir. As ferramentas de trabalho possuíam o sentido de o casal estar ali no campo. E, ao passo que “era puro mato” e não tinham mais as ferramentas para lavrar a terra e prepará-la para o cultivo, a alternativa continuou sendo o arrendamento de terra no São Roque. É possível perceber como a condição de sem terra continuou após a ocupação

No trecho da fala de Ataíde, ele faz questão de frisar a condição improdutiva que se encontrava a fazenda. Mais a frente na entrevista ele destaca:

Por que pelo certo mesmo não é invadir. Invadir é uma coisa e ocupar pra prantar e trabaia aí é outra coisa. Tinha um pouquinho com criação só, o resto tudo de varde! Criando cobra (LIRA, Elvira, 64 anos; LIRA, Ataíde, Marmeleiro/PR, 2012).

Esta sua interpretação é significativa, pois ao falar sobre a ocupação, enfatizou a diferença entre a *ocupação* e *invasão* e levantou a perspectiva diferenciando a terra de trabalho da terra de negócio. Esta noção foi construída durante o processo de formação do movimento e da identidade de Sem Terra.

Ao trazer esta distinção Ataíde, muito mais do que justificar o por que entraram na área e o por que usam o termo “ocupação” e não “invasão”, constrói suas noções de justiça. Afinal, segundo sua experiência de trabalho no campo, a terra deve servir para trabalhar e colher os frutos do trabalho. Ao apresentar seus argumentos, elabora sua crítica ao fato da fazenda estar “criando cobra”.

Ao elaborarem esta interpretação em que citam a quantia de terra sem trabalho, também elaboram a quantia de trabalhadores sem terra e, assim, concluem, “o povo que está aqui é um povo trabalhador que só quer viver na terra”. Reclamaram acerca da injustiça materializada na existência dos latifúndios e destacaram como queriam terra para nela trabalhar. Paulo José de Almeida, ao pesquisar um assentamento do MST, evidenciou que

“para além das duras condições reconhecidas, há explicitamente o reconhecimento de uma dignidade de trabalhador, que sempre lutou contra as condições impostas” (ALMEIDA, 2006), como é o caso das famílias que ocuparam a fazenda.

Ao analisarmos as ações dos camponeses na região sudoeste percebemos como estes também embasavam suas ações em algumas *noções legitimadoras*. Partimos da noção desenvolvida por Edward Palmer Thompson (1998) ao analisar os motins de trabalhadores do campo e da cidade na Inglaterra do século XVIII, no trabalho o autor questiona “o que as pessoas fazem quando estão com fome? Como o seu comportamento é modificado pelo costume, pela cultura e pela razão?” (THOMPSON, 1998, p. 151). Apontou para como as práticas de luta dos trabalhadores e camponeses na Inglaterra era acompanhado de uma *noção legitimadora*, isto quer dizer, “os homens e mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais” (THOMPSON, 1998, p. 152).

O Estado atuou na região, durante a década de 1980, no sentido de direcionar a população, que rumava às cidades, para projetos de colonização na região norte do país (SCHREINER, 2002). Jornais da época retravam este processo como “política de reforma agrária”. Com estas ações de “transferência” o Estado e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com apoio de jornais como a Folha de Londrina, visavam impedir os conflitos no campo que se acentuavam através das ocupações de terras e formação de acampamentos no Paraná. Este raciocínio se evidencia com as declarações do executor do Projeto Fundiário do INCRA, Shigeru Hiroki, ao jornal Folha de Londrina no dia 12/08/1983. Para ele “não há mais praticamente o que ser invadido”, pois em “Estados com ocupação agrícola quase totalmente definida, como no sul do país, automaticamente fecham-se as oportunidades para quem ainda não tenha se assentado”, neste sentido, justifica e ampara as “transferências” de camponeses do sudoeste a região amazônica: “parece ser a solução adequada e, certamente, é a solução possível” (FOLHA DE LONDRINA, 11/08/1983, p. 07).

Conclusão

Por um lado a região apresenta números altos de produtividade de milho, soja, trigo, aves e leite (que alternam entre si os postos de maiores valores brutos de produção). Por outro lado, houve a diminuição na produção de feijão e arroz, por exemplo. Assim como, ambas as produções são baseadas numa matriz produtiva que concilia agrotóxicos, transgenia e alto

grau de mecanização. Alguns municípios chegam a apresentar números que ultrapassam os 30 kg de agrotóxicos por habitantes.

Além dos dados produtivos, este modelo agrícola permitiu uma concentração de terras muito grande na região. Mesmo sendo relacionada como uma região de agricultores familiares há grandes propriedades de terras controlando mais de 20% da terra agricultável, somente as propriedades acima de 500 hectares (que são 0,2% do total de estabelecimentos na região) controlam 8,8% da terra agricultável. Este extrato passou a controlar mais de 20 mil hectares (2%) em relação a 1996.

Esta condição da agricultura regional apresenta várias contradições e, por mais que a imprensa e certa historiografia se preocupam em apresentar o agronegócio como principal setor da economia brasileira, estas contradições afetam a vida de vários camponeses. Esta historiografia quando analisa somente os dados produtivos, ignora os impactos sociais presentes no modelo. Estas transformações e seus impactos corroboram com as teses que apontam para a necessidade de uma reforma agrária no Brasil.

Por outro lado, percebemos que os camponeses se organizam e lutam, sendo que suas lutas, suas práticas sociais organizadas (como as ocupações) são construídas tendo como noção legitimadora as relações estabelecidas com o trabalho. Terra sem trabalho (criando cobra) é terra improdutiva e por isso justifica-se a ocupação.

Ao interpretarem a realidade a partir de referências como o trabalho, os camponeses construíram *noções legitimadoras* para as ocupações de terras e para a luta pela terra. Uma destas noções é a contraposição entre terra de trabalho e terra de negócio, na qual, para os camponeses, terras passíveis para a agricultura e para o empenho de trabalho não podiam estar “criando cobra e capoeira” elas devem servir para o assentamento de famílias sem terras.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, P. J. “*Cada um tem um sonho diferente*”: Histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra. In, MACIEL, Laura Antunes et al (org.). Outras histórias: memórias e linguagens. São Paulo: Ed. Olho D’Água, 2006; p. 51.

BERGAMASCHI, Mônica. O impacto do agronegócio na economia brasileira. Agroanalysis. São Paulo, 2012.

BOTH, Márcio Antônio. Trajetórias na fronteira: a modernização da agricultura e seus impactos no Oeste do Paraná (1960/1990) (no prelo).

BUAINAIN, A. M; ALVES, E; SILVEIRA, J. M; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**. Ano XXII, Número 2, Abr/Maio/Jun. 2013. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/311>. Acesso em 31 de agosto. 2017.

CALLEGARI, Ricardo. Entre Lutas, Valores e Pressões: Juventude Rural Sem Terra e a Organização Social do Trabalho nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan. Dissertação de mestrado UNIOESTE, Marechal Candido Rondon, 2015.

CANAL RURAL. Uso racional de agrotóxicos é bom para o bolso. Disponível em: <http://www.canalrural.com.br/videos/opiniaio/uso-racional-agrotoxico-bom-ate-para-bolso-64261>, acesso em 26/01/2017.

GOMES, Iria Zanoni. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986.

HEREDIA, Beatriz (et al). *Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 25, nº 74, p. 159-176, out. 2010.

HOBSBAWM, Eric. RUDÉ, George. *Capitão Swing*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982;

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. Leituras regionais: Mesorregião geográfica Sudoeste paranaense. Curitiba: IPARDES – BRDE, 2004.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MENDONÇA, Sonia Regina. *A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990*. In: STÉDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil*. 5. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NAVARRO, Zander (et al). *Agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA/MAPA, jul, 2010.

NETO, Wenceslau Gonçalves. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

ORBEN, Tiago Arcanjo. *A Revolta dos colonos de 1957, interpretações, apropriações e memórias*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)/Programa de Pós-Graduação em História, 2014. (Dissertação de Mestrado em História) 150 p.

PEGORARO, Éverly. *Dizeres em Confronto: a Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense*. Guarapuava/PR: Ed. Unicentro, 2008.

SCHREINER, Davi Félix. *Entre a Exclusão e a Utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Sudoeste/Oeste do Paraná)*. São Paulo: USP/Programa de Pós-Graduação em História Social, 2002. (Tese de Doutorado em História).

SOARES, Wagner Lopes; PORTO, Marcelo Firmo de Souza. Uso de agrotóxicos e impactos econômicos sobre a saúde. *Revista Saúde Pública*, Niterói, p. 209-17, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998;

TV SENADO. Sen. Kátia Abreu diz que agrotóxicos baixam os preços e propõe que Ministro da Saúde seja convocado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QXqMKBniNSk>>. Acesso em: 26/01/2017.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed., Curitiba: Lítero-Técnica, 1987.